

## **PROJETO DE LEI Nº     , DE 2003.**

**(Do Sr. Vander Loubet)**

Cria o Fundo para Reassentamento de Ocupantes de Boa-Fé retirados de terras indígenas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Público autorizado a criar o Fundo para Reassentamento de Ocupantes de Boa-Fé retirados de terras indígenas, vinculado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, cujos recursos serão utilizados na obtenção de terras para reassentamento e em programas de reassentamento de ocupantes de boa-fé retirados de terras indígenas.

Art. 2º O patrimônio do Fundo será constituído de:

- a) dotações orçamentárias;
- b) percentual sobre as taxas cobradas para identificação georreferenciada de áreas acima de quatro módulos;
- c) percentual sobre as taxas de serviços cadastrais;
- d) contribuições e doações do setor público e privado;
- e) convênios com entidades nacionais e internacionais;
- f) resultado operacional próprio;
- g) outras rendas, bens e valores a ele destinados.

Art. 3º São beneficiários do Fundo os ocupantes de boa-fé retirados de terras indígenas já demarcadas ou em demarcação que até a data da promulgação desta lei não tenham sido assentados nos termos do art. 4º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

Art. 4º O Conselho de Administração do Fundo será instituído pelo Presidente do INCRA, e deverá ser presidido por representante deste órgão e incluir representante da Fundação Nacional do Índio indicado pelo respectivo Presidente.

Art. 5º As indenizações por benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé pagas aos beneficiários do Fundo serão descontadas dos valores repassados através dos programas de reassentamento.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Desde 1996 quando foi editado o Decreto nº 1.775, que dispõe sobre o procedimento administrativo para demarcação das terras indígenas, os ocupantes retirados destas terras têm direito formal à priorização de seu reassentamento, por força do art. 4º do mencionado Regulamento.

Não obstante a clareza do texto, na prática esta priorização não existe, principalmente pelo fato de que o programa geral de reforma agrária consome a totalidade dos recursos destinados à obtenção de terras e a assentamento de agricultores.

O não-reassentamento dos ocupantes retirados das terras indígenas, além de lhes ferir direitos inquestionáveis, mantém situações que geram conflitos e, por antecipação, inclusive contribui para a resistência à própria demarcação das terras indígenas.

Visando contribuir para a solução do problema, submetemos à Casa este projeto pelo qual se assinalariam recursos específicos a serem empregados no reassentamento dos ocupantes de boa-fé retirados das terras indígenas. Sobre as fontes de receita elencadas, sabemos que o INCRA ainda não cobra pela identificação georreferenciada; contudo, a isenção

legalmente prevista aplica-se apenas às áreas inferiores a quatro módulos rurais, de modo que o órgão está autorizado a instituir tal cobrança. Sabemos, igualmente, que as taxas por serviços cadastrais têm atualmente pouco impacto sobre o total da receita própria do INCRA; mas é notório que seu valor encontra-se bastante desvalorizado e deverá ser atualizado. Aliás, nosso projeto deverá inclusive constituir incentivo a que tais providências sejam tomadas.

Creemos que assim estaremos proporcionando instrumentos aptos a dar operacionalidade ao direito de prioridade que têm os ocupantes de boa-fé retirados das áreas indígenas, e por isso contamos com o apoio dos ilustres Pares à presente proposição.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2003 .

Deputado Vander Loubet